



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS
CAMPUS DE TOCANTINÓPOLIS
CURSO DE PEDAGOGIA

MARISTELA GONZAGA DA SILVA

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL

TOCANTINÓPOLIS-TO
2021

MARISTELA GONZAGA DA SILVA

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins – *Campus* de Tocantinópolis para obtenção de título de Pedagogo, sob a orientação do professor Felipe Ferreira Joaquim.

TOCANTINÓPOLIS-TO

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Tocantins

G642f GONZAGA DA SILVA, MARISTELA.
A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO
ESPECIAL. / MARISTELA GONZAGA DA SILVA. – Tocantinópolis,
TO, 2021.
40 f.

Monografia Graduação - Universidade Federal do Tocantins –
Câmpus Universitário de Tocantinópolis - Curso de Pedagogia, 2021.
Orientador: Felipe Ferreira Joaquim

1. Educação . 2. Especial. 3. Professor. 4. Formação. I. Título

CDD 370

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – A reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio deste documento é autorizado desde que citada a fonte. A violação dos direitos do autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

Elaborado pelo sistema de geração automática de ficha catalográfica da UFT com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

MARISTELA GONZAGA DA SILVA

A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL

Monografia apresentada à UFT – Universidade Federal do Tocantins– *Campus* de Tocantinópolis para obtenção de título de Pedagogo, sob a orientação do professor Felipe Ferreira Joaquim.

Data da aprovação: 16/04/2021

Banca Examinadora:



Prof.º Orientador: Dr. Felipe Ferreira Joaquim - (UFT)



Prof. – Examinado(a) Dr Nataniel da Vera-Cruz Gonçalves Araújo- (UFT)

Tocantinópolis – TO

2021

Na vida nada é fácil, porque tudo que vem com facilidade se vai com facilidade. Então lute e enfrente seus desafios, as dificuldades são apenas barreiras para serem superadas.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho primeiramente a Deus, porque sem ele eu não poderia me manter em pé diante das tribulações. E, em segundo, especialmente em memória de minha mãe Delzuita Silva, pois me formar era o seu sonho, e ele se concretizou.

Ao meu pai Antônio Luiz, e aos meus irmãos Maria Lúcia, Marcos e Marconis, e sem esquecer da minha cunhada Cláudia Sheilar. Estas pessoas são minha base e meu eixo norteador, sem eles eu não teria chegado até aqui.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, professor Felipe Ferreira Joaquim, pelo incentivo e esforço de me orientar, e de dedicar um pouco do seu tempo para estar presente, sempre me dando apoio, mostrando o caminho a ser percorrido.

Aos meus professores da Pedagogia, porque sem os ensinamentos dados por eles, eu não estaria aqui concluindo minha faculdade e nem adquirido o conhecimento que tenho hoje.

Às minhas amigas Antônia Maria, Camila, Ana Mikaela, Keila Martins, Sra. Maria das Dores, Sra. Maria José, e demais colegas que me deram apoio e incentivo.

Agradeço em especial a uma pessoa muito importante em minha vida, que se chama Izaquiel Pereira. Ele sempre me motivou e ajudou bastante na minha vida acadêmica, e sempre acreditou em mim.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 ANTIGUIDADE	12
2.1 Idade Média	12
2.2 Idade Moderna	13
2.3 Idade Contemporânea.....	14
2.4 Evoluções da Educação Especial.....	17
3 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL	22
3.1 Surgimentos dos cursos para a Educação Especial	22
3.2 A importância da formação.....	23
3.3 Professores do Ensino Regular	25
4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	28
CONSIDERAÇÕES FINAIS	37
REFERÊNCIAS	39

RESUMO

O presente trabalho é sobre a Formação de Professores para a Educação Especial, mais concretamente, trago o contexto histórico da Educação Especial e a Formação de Professores nesta área. Para termos uma melhor compreensão do presente, é necessário recorrermos ao passado a fim de traçarmos uma linha do tempo para compreendermos a evolução dos fenômenos. Venho abordar a história desde Antiguidade até os dias atuais, mostrando o seu desenvolvimento através dos períodos históricos. E no discorrer, o objetivo é abordar a importância da Formação de Professores. A escolha deste tema deve-se à constatação, durante os meus estudos, da insuficiente formação dos professores que atuam com crianças com deficiência nas escolas da região Norte. Essa monografia evidencia a importância da formação especializada em Educação Especial, e analisar como os professores atuam no Ensino Regular e na Sala de Recursos.

Palavras-chave: Educação. Especial. Professor. Formação.

ABSTRACT

The present work is about the Formation of Teachers for the Special Education, more specifically, I bring the historical context of the Special Education and the Formation of Teachers in this área. In order to have a better understanding of the present, it is necessary to resort to the past in order to draw a timeline to understand the evolution of phenomena. I come to approach history from Antiquity to the present day, showing its development through historical periods. And in the discourse, the objective is to address the importance of Teacher Education. The choice of this theme is due to the observation, during my studies, of the insufficient training of teachers who work with children with disabilities in schools in the North region. This monograph highlights the importance of specialized training in Special Education, and to analyze how teachers work in Regular Education and in the Resource Room.

Keywords: Special. Education. Teacher .Training.

1 INTRODUÇÃO

De início vem os períodos históricos, e a evolução a partir de conceitos como Exclusão, Integração e Inclusão. Percebemos então que, em termos de Educação Especial, apesar de já ter evoluído bastante, ainda têm-se muito a se conquistar. Então, é de fundamental importância falar sobre a Formação de Professores para a Educação Especial, porque percebemos que hoje em dia existem professores que não tiveram formação especializada para tal área.

2 ANTIGUIDADE

De acordo com Aranha (2005), durante a Antiguidade não havia um documento que atestasse a condição de deficiência de uma pessoa. Já segundo Rolim (2009), na Grécia, em cidades como Esparta e Atenas, as crianças com deficiência, ou seja, “portadoras de deficiência”, eram tratadas como sub humanas, e chegavam a ser abandonadas. As crianças que nasciam com deficiência, como paralisia, eram sacrificadas por não conseguirem trabalhar como os chamados “normais”. Não somente o trabalho era importante, mas também as lutas para defender seu lugar.

[...] Caracterizava-se, essencialmente, pela existência de dois agrupamentos sociais: o da **nobreza** – senhores que detinham o poder social, político e econômico, e o **populacho** – considerados sub humanos, dependentes economicamente e propriedade dos nobres (ARANHA, 2005 p.12, grifo do autor).

Ou seja, a nobreza detinha o poder e os “populachos” trabalhavam para sobreviver, usufruindo somente das sobras e assim eram desvalorizados e abandonados. Só eram úteis se a nobreza precisasse de seus afazeres, seja na agricultura, na pecuária ou no artesanato.

2.1 Idade Média

Aranha (2005, p.8) diz que na Europa, durante a Idade Média, as pessoas com deficiência já eram tratadas de outro modo, em função do Cristianismo e de sua organização político-administrativa, representada pela Igreja Católica e os membros que compunham o clero. Assim, a Igreja, com suas conquistas, foi adquirindo poder da nobreza e comando sobre a sociedade, mas isso não fazia tanta diferença ao povo, eles continuavam trabalhando para ganharem migalhas.

Entretanto, com relação às pessoas com deficiência, a diferença com a vinda do cristianismo foi que essas pessoas não podiam ser mais exterminadas como na Antiguidade, porque a Igreja afirma que todos são criaturas de Deus, independente de seus grupos sociais ou de suas necessidades.

Com o passar do tempo, em especial no século XIII, surgiram legislações e instituições voltadas ao campo educativo. Segundo Aranha (2005), a questão da educação visava duas vertentes a serem seguidas, uma de natureza religiosa, onde

a preocupação era voltada para o clero, pensando em formar elementos, como diáconos, padres e bispos. E outra, que era pensada nos objetivos profissionais específicos, com foco nas diferenças de cada sociedade, desde o mundo das lutas até uma formação voltada para as artes.

De acordo com Aranha (2005), ocorreram reformulações, a partir do século XII, decorridas em função da Inquisição Católica e da Reforma Protestante. Com isso a Igreja Católica foi adquirindo poder, porém, criaram-se situações drásticas entre os religiosos e a outra metade do clero, havendo-se assim um conflito. Em função da discordância gerada, o poder político e econômico da Igreja foi sendo ameaçado, o que levou a cúpula do clero católico a uma decisão drástica e muito triste para a humanidade, perseguir seus dissidentes e exterminá-los porque eram “hereges”. Com o surgimento dessas concepções, o clero ficou responsável por documentos, cujas providências acarretariam em torturas e, em casos extremos, os detratores eram queimados em fogueiras.

A partir dessas decisões, as pessoas com deficiência, inclusive mental, tinham medo, porque o clero começou a ser perigoso, pois ameaçava através de interrogatórios. Todas as pessoas que fossem contra o clero eram perseguidas e identificadas como inimigos. Então não eram somente os deficientes, mas sim quem fosse contra a vontade do clero.

Assim, constata-se que, conquanto na Antiguidade a pessoa diferente não era sequer considerada ser humano, no período medieval, a concepção de deficiência passou a ser metafísica, de natureza religiosa, sendo a pessoa com deficiência considerada ora demoníaca, ora possuída pelo demônio [...] (ARANHA, 2005 p.11, grifo do autor).

Mediante tais acontecimentos, a Igreja rompeu internamente. Com a indignação de Martinho Lutero sobre as práticas cristãs, iniciou-se a separação da Igreja Católica, formando-se assim uma nova igreja diferente do catolicismo, no movimento denominado “Reforma Protestante”. Com esse modelo novo de religião, foi melhorando a situação para as pessoas com deficiência.

2.2 Idade Moderna

Com o passar dos anos, por volta do século XVI, ocorreram várias mudanças na sociedade.

A Revolução Burguesa, uma revolução que se deu, na realidade, no âmbito das idéias, derrubou as monarquias, destruiu a hegemonia religiosa, e implantou uma nova forma de produção: o capitalismo mercantil, que foi a primeira forma de capitalismo. Iniciou-se, nesse contexto, a formação dos estados modernos, os quais passaram a funcionar com uma nova divisão social do trabalho: os donos dos meios de produção e os operários, os quais passaram a viver com a venda de sua força de trabalho (ARANHA, 2005 p.12).

Segundo a autora, houve uma melhoria para a sociedade com a chegada desses estados modernos. As pessoas passaram a obter lucro pelo seu meio de produção, por causa da nova divisão social do trabalho. Teve melhoria também para as pessoas com deficiência, porque nesta época estava se aperfeiçoando a medicina. No século XVII, que foi o século dos avanços da medicina, tratou-se a deficiência como um processo natural da vida do ser humano.

E com a chegada da Idade Moderna, houve a valorização dos intelectuais, como Paracelso e Cardano. Foram eles que identificaram o problema da deficiência mental, definindo que era algo a ser estudado pela Medicina e que havia tratamento para esta deficiência.

Entretanto, nessa época, sobre as pessoas consideradas loucas e idiotas, Esquirol com sua ação da lei de internação em 1838, indicava que se tratava de enfermidade, tirando assim os direitos dessas pessoas. A sociedade também corroborava com esse tratamento, tendo uma visão de diferença e de desigualdade entre as pessoas.

No século XVII, John Locke revoluciona as doutrinas vigentes sobre a mente humana e suas funções. Ele definiu o recém-nascido e o idiota como “tabula rasa” (o comportamento como produto do ambiente, que possibilita as experiências) e via, então, a deficiência como a carência de experiências. Advogava que o ensino deveria suprir essa carência (RODRIGUES, 2009 p. 21).

Então, de acordo com Locke, “tabula rasa” seria uma pessoa sem conhecimento das coisas, e a partir de sua vivência com o meio, ou seja, sua interação com outras pessoas e culturas, é que iria se adaptando e adquirindo conhecimento, tornando-se uma pessoa humanizada e desenvolvida.

2.3 Idade Contemporânea

No século XVIII, o autor Foderé escreveu em seu livro, “O tratamento do Bócio e do Cretinismo”, a hipótese da hereditariedade da deficiência, em específico

para o caso de adultos afetados por bócio, que significa disfunções na tireóide ou “papo”. Com essa anomalia, as pessoas já eram tratadas com indiferença, e assim Foderé influenciou vários pesquisadores.

Itard, um médico que usou o livro sobre o bócio, teve a ideia de apresentar o primeiro programa voltado à Educação Especial, em 1800. Ele realizou estudos com uma criança “selvagem”, Victor de Aveyron, aparentemente surdo e mudo, que levava um modo de vida completamente atípico, encontrado isolado em um bosque francês. Com isso, foi desenvolvendo metodologias para que essa criança se tornasse civilizada através da educação e de suas investigações científicas. Mas, com seus trabalhos ele não chegou ao objetivo proposto, à criança mudou, mas não se tornou civilizada, sendo assim o médico tratou a idiotia como insuficiência cultural.

Já Pinel, um psiquiatra que estudava perturbações mentais, tinha a ideia de que idiotia se tratava de uma deficiência biológica, discordando, portanto, do pensamento de Itard. O que gerou uma hipótese, que a deficiência mental pode estar nos fatores biológicos e ambientais, constando em um só diagnóstico. E que as deficiências eram algo patológico. Então vem Esquirol, que traz a ideia de idiotia e cretinismo, para ele idiotia seria algo mais de gravidez problemática, e que cretinismo se aplicaria em casos mais graves.

Com a divulgação dos estudos, nesta mesma época vem as críticas, feitas por Edoard Séguin, contradizendo Pinel e Esquirol, entre outros. Argumentava que a medicina não se aprofundava ao descrever a idiotia, sem contribuições relevantes até aquele momento. Então ele trouxe a sua própria definição:

A idiotia é uma enfermidade do sistema nervoso que tem por efeito radical subtrair todo ou parte dos órgãos e faculdades da criança à ação de regular de sua vontade e se aponta sob duas formas essenciais: 1- afecção de toda ou parte das massas nervosas, que dá lugar a idiotia profunda; 2- afecção parcial ou total dos aparelhos nervosos, que se ramificam pelos tecidos (SEGUIN, apud RODRIGUES 2009, p. 26).

Essa seria sua definição, posteriormente afirma que nem todos esses conhecimentos pedagógicos trazem cura para a deficiência mental, e daí o avanço da medicina já pode assumir o comando dos estudos para trazer respostas cabíveis. Com isso surgem escolas para crianças com deficiência mental, isso ocorre mediante a persistência e discordâncias desses autores.

Em 1840 foi criada uma escola chamada Abendberg, fundada por Guggenbuhl, e tinha como foco as pessoas com idiotia, ou seja, tratar a deficiência mental através da educação. Em apoio à educação pública, chega Pestalozzi com sua defesa de que a educação é direito de todas as crianças. Essa escola ensinaria direitos morais, política e religião visando à autonomia.

Mesmo com todos estes avanços, em meados do século XX a sociedade se impõe para manter uma ordem familiar, sendo que aqueles que não conseguissem trilhar pela educação devido à deficiência tinham que ser punidos nas escolas, e até chegar ao hospício. E pelas crianças que conseguissem se desenvolver tinha como avaliar o QI delas, a partir da escala métrica feita por Alfred Binet em 1905. Mas, mesmo com todos esses estudos, a deficiência ainda é tratada como algo anormal ou amaldiçoado.

Com o surgimento desse movimento é que vem tornar-se oficial a educação para os excepcionais. A partir de 1866 passou a ser estudada crianças com síndrome de Down, uma síndrome que resulta de uma mutação genética. Antigamente não havia uma instituição que tratasse desse tipo de problema, no entanto, esses pais e amigos resolveram ir à luta para o bem de seus filhos, correndo atrás de Instituições que pudessem ajudá-los, porque essa síndrome dificultava a aprendizagem dessas pessoas.

[...] Na década de 50 na Dinamarca as associações de pais começaram a rejeitar as escolas especiais do tipo segregadoras e receberam apoio administrativo incluindo em sua legislação o conceito de normalização o qual consiste em ajudar o deficiente a adquirir condições e os padrões da vida cotidiana o mais próximo possível do “normal” introduzindo essa pessoa na sociedade na década de 70 nos Estados Unidos, ouvia se falar em inclusão (ROGALSKI, 2010 p.04).

Rogalski (2010, p.04) “diz que a partir de 1930, a sociedade civil começa a organizar-se em associações de pessoas preocupadas com o problema da deficiência” segundo a autora, essas associações visavam focar nas peculiaridades dos alunos.

Em 1954, surge o movimento das Associações dos Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), e aumenta o número de escolas especiais. A APAE é conhecida tendo como parâmetro a organização do National Association for Retarded Children dos Estados Unidos da América, que consistia em uma associação de assistência às crianças excepcionais (ROGALSKI, 2010 p.04).

Com a separação dessas escolas, houve uma melhoria para as associações na questão de apoio, porque já era um grande incentivo para promover a inclusão. E com isso, o indivíduo já poderia ser incluído na sociedade.

Tem-se a Declaração de Salamanca (1994) como marco e início da caminhada para a Educação Inclusiva. A inclusão é um processo educacional através do qual todos os alunos, incluído, com deficiência, devem ser educados juntos, com o apoio necessário, na idade adequada e em escola de ensino regular (ROGALSKI, 2010 p.3)

De acordo com Rogalski (2010), o surgimento da Educação Especial foi a partir de muitas lutas e leis que favoreciam as pessoas com deficiência e a inclusão na educação. E a Declaração de Salamanca foi como uma alavanca que ergueu dando forças, para a educação inclusiva.

Com todas essas iniciativas, lutas e associações, para que haja uma inclusão para as pessoas deficientes, não podemos deixar de falar um pouco sobre a história da inclusão.

2.4 Evoluções da Educação Especial

É impossível falar de Educação Especial sem abordar conceitos como exclusão, inclusão, integração, institucionalização e normalização. O primeiro período da Educação Especial é denominado exclusão, o ato de excluir alguém de determinada função. Na exclusão na Educação Especial, a criança fica em isolamento sem atendimentos e sem apoio de pessoas. Com relação à escola, se excluem crianças pelo fato de aprender todos juntos, por alguém ter um tipo de deficiência entre outros casos. Isso não tem muita lógica porque cada pessoa aprende no seu tempo, e esta exclusão também é voltada ao professor, que por muitas vezes exclui sem saber, e isso atinge principalmente as classes minoritárias.

Teoricamente, a exclusão é um afastamento que não inclui pessoas ao meio, e tende a se ampliar com o capitalismo. Quem tinha o capital era quem comandava, e os pobres afastados à margem, sendo assim, são a partir desses fatores que começa a desigualdade social, gerada pela exploração econômica.

Sobre os paradigmas da “Institucionalização”, segundo Aranha (2005), foi o primeiro paradigma que teve um olhar diferenciado, entre a relação da sociedade e com a população envolvida com pessoas deficientes. Com a evolução da medicina voltada aos deficientes, o paradigma da institucionalização ainda se mantém de pé

sendo o único, e isso foi por muito tempo, cerca de 500 anos, e assim se expandindo por vários países, incluindo o Brasil.

Sua característica veio desde muito antes, quando as pessoas com deficiência eram excluídas de suas comunidades onde nasciam. Vieram perceber esse paradigma no século XX, quando o autor Erving Goffman publicou o livro *Asylums* em 1962, esta obra era sobre a institucionalização envolvendo o indivíduo. Com essa publicação, vários outros fizeram estudos sobre o tema, e assim foi-se tecendo as críticas, na busca de uma recuperação dessas pessoas com necessidades especiais em busca de seus direitos.

Manter uma população institucionalizada não era fácil, a década de 60 foi marcada fortemente por reflexão e crítica, baseada nos direitos humanos. Envolvendo os direitos das minorias, liberdade de sexo e política entre outros. Com isso foram aumentando as críticas, feitas pelos cientistas e outros profissionais voltados a este paradigma. Este aumento também envolve o interesse pelo capital, ou seja, o capitalismo financeiro. E assim, a década de 60 ficou marcada a relação da sociedade entre as pessoas com necessidades educacionais especiais.

Com o afastamento do Paradigma de Institucionalização, de acordo com Aranha (2005), para entrar a normalização veio então um novo conceito chamado de “integração”, que já tinha idéia de modificação das pessoas com necessidades educacionais especiais, para que essas pessoas pudessem chegar ao máximo da semelhança de direitos em relação aos demais cidadãos, para que assim pudessem ser inseridas e integradas em uma determinada sociedade. A integração significa colocar alguém ou levar para a mudança, e assim a comunidade teria que oferecer a essas pessoas serviços e recursos, para que pudessem levar uma vida normal. Para haver essa integração tinha que iniciar primeiramente em casa, ou seja, no âmbito escolar e familiar. Integração vem do ato ou processo de integrar, essa integração vem ocorrer desde muito cedo, no desenvolvimento da criança.

Com o passar do tempo, através dessas críticas, começou a gerar novos conceitos, que era a “normalização” e desinstitucionalização. Ao verem que não deu certo o paradigma de institucionalização, começou a luta pela desinstitucionalização. Este movimento era para inserir pessoas com necessidades educacionais e na sociedade, para chegar ao nível de uma vida cotidiana normal.

A maioria dos professores tende a excluir estudantes com deficiência, por não terem uma especialização voltada à Educação Especial ou em psicopedagogia, que

estuda os processos de aprendizagem das crianças, assimilando as dificuldades e transtornos. E isso é muito importante para a formação de um professor, e assim quebrar a questão da exclusão e praticar o conceito de inclusão.

De acordo com Rogalski (2010), através dos movimentos internacionais vem surgir à educação inclusiva, fortalecendo os Estados Unidos, Europa e parte inglesa do Canadá. E assim foi crescendo e ganhando espaço, as pessoas que eram deficientes em decorrência à participação em guerras, passaram a ter direito pelo motivo de lutar pela sua pátria.

Segundo Rogalski (2010, p. 6) “é fundamental equiparmos as oportunidades para que todas as pessoas, incluindo portadoras de deficiência, possam ter acesso a todos os serviços, bens, ambientes construídos e ambientes naturais, em busca da realização dos seus sonhos e objetivos” (apud SASSAKI, 2002 p.41).

Nessa concepção, isso que é inclusão, estabelecer vários meios para que todos possam alcançar e atender suas necessidades. A autora afirma que essa sociedade inclusiva é internacional, mas o Brasil está engajado nele. Do mesmo modo que os internacionais têm pessoas para serem atendidas, os brasileiros também têm, e esperam por oportunidades para serem incluídos iguais a todo mundo.

Através da Educação Especial, que veio surgir à educação inclusiva e com a ajuda da Declaração de Salamanca isso se fortaleceu cada vez mais. Pesando em tornar todas as pessoas iguais, e tendo os mesmos direitos como diz na constituição. E com essas necessidades, vem ocorrer uma conferência de fundamental importância.

E assim, contando com a participação de noventa e dois representantes governamentais e vinte e cinco organizações internacionais, realizou-se em 1994, na cidade de Barcelona, Espanha, a Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: acesso a qualidade (ROGALSKI, 2010 p. 7).

Falar de inclusão não é muito fácil, devido ao histórico da Educação Especial, que desde muito cedo já vem debatido. Com isso deixavam as pessoas com deficiência de lado, os tratavam como anormais e assim excluindo-os das demais pessoas.

A educação inclusiva concebe a escola como um espaço de todos, no qual os alunos constroem o conhecimento segundo suas capacidades, expressam idéias livremente, participam ativamente das tarefas de ensino e se desenvolvem como cidadãos, nas suas diferenças (RAPOLI...(et.al) 2010. p, 08).

Ou seja, devemos incluir pessoas independente de sua deficiência, incluir não somente na escola, mas sim em outros espaços, para que aprendam e acompanhem o currículo regular. Isto deve ser bastante discutido, mas também envolver os fatores de democratização da sociedade, garantindo direitos humanos e oportunidades bem mais justas para as minorias, porque são as mais atingidas pela exclusão.

Entende-se por inclusão a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, sociedade essa que deve estar orientada por relações de acolhimento à diversidade humana, de aceitação das diferenças individuais, de esforço coletivo na equiparação de oportunidades de desenvolvimento, com qualidade, em todos as dimensões da vida (BRASIL, 2001 p. 22).

A educação é o principal meio pelo qual pode ser transmitido saberes, e transformar o mundo. Quando se fala de uma educação inclusiva, o que nos remete primeiramente é pensar sobre a política, para que assim com as parcerias possam incluir crianças com necessidades educacionais especiais no ensino regular e com todos os seus direitos. A escola tem um grande papel, cujo objetivo é se tornar uma escola inclusiva, porque o aluno sempre está em processo de aprendizagem, vai conhecendo e aprendendo até construir sua cultura.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, CAPÍTULO V- Da Educação Especial, diz que:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos com deficiência transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. §1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial. §2º o atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicos dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns de ensino regular. §3º A oferta de educação especial, dever constitucional do Estado, tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil (LDB, 2017 p. 39-40).

Entende-se então que esta lei garante um atendimento que acompanha as crianças desde a educação infantil até o ensino superior, uma forma de garantia

para incluir alunos com necessidades especiais. Sendo assim, começam dar início à igualdade social, todas as pessoas de diferentes culturas incluídas nas escolas de ensino regular.

3 A FORMAÇÃO DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO ESPECIAL

3.1 Surgimentos dos cursos para a Educação Especial

De início, isso nos remete a um contexto histórico de como surgiu cursos para formar professores voltados a tal área.

Ao fazermos uma retrospectiva histórica sobre a formação de professores para a Educação Especial no Brasil vamos verificar que os primeiros cursos eram em nível médio, cuja carga horária variava muito uma vez que eram cursos intensivos que reuniam professores de vários estados. A história registra que tais cursos eram ministrados nos estabelecimentos Federais, Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES – RJ) e Instituto Benjamim Constant (IBC – RJ) e por organizações não governamentais, e que segundo Gotti (2001) merece menção o Instituto Pestalozzi (BH/MG). Segundo Mazzota (1992), Esse Instituto já realizava curso de férias para professores de “excepcionais” desde 1951 (ALMEIDA, 2004 p.01).

Então, segundo ALMEIDA (2004), o curso veio primeiramente para o Estado de São Paulo em 1955, com a aprovação do governo do Estado, por meio de um decreto. Esse curso era de Especialização para o Ensino de Cegos no Instituto Caetano de Campos. Já no Estado do Paraná vieram uns profissionais de Curitiba para realizar um curso chamado, “Especialização em Deficiência Mental”. Esses profissionais só vieram após um evento de Ciclo de Conferência, realizado em Curitiba em 1961. Esses cursos eram realizados somente em nível médio, mas nos anos 60 e início de 70 foi elevado ao nível superior.

Surgiu então um movimento muito importante, que era a integração escolar. Deu-se por início as classes especiais, ou seja, que preparava o aluno para se integrar totalmente em uma classe comum. Nesse processo o aluno que tinha que se adequar com a escola, só subia de nível aqueles que acompanhassem o currículo estabelecido, caso contrário as demais crianças e adultos com necessidades especiais eram excluídos do sistema educacional, devido a não alcançarem as exigências do currículo proposto.

Com o passar do tempo estabeleceu-se a era atual, que é a dos direitos, implantando uma política de inclusão em vários países, incluindo o Brasil. Um desafio grande para a educação hoje é a garantia do acesso aos conteúdos básicos que a escola deve proporcionar aos alunos, envolvendo aqueles com necessidades especiais.

No Brasil a diversidade na educação é muito grande, e para conseguir lidar com essa diversidade, as escolas têm que trabalhar em um todo, para que assim sejam atendidas. Percebemos então que a formação de professores para a Educação Inclusiva é de fundamental importância, no entanto a Câmara de Educação Superior do Conselho Nacional de Educação, (CES/CNE) ficou de elaborar as diretrizes voltadas para a formação de professores.

Então constata-se que só pode atuar professores que possam comprovar que no seu ensino médio e superior tenham estudado conteúdos ou disciplinas envolvendo Educação Especial. E com esses conhecimentos adquiridos nos estudos, os professores podem se aprofundar mais no assunto, se especializando na área e com isso facilita a identificação das necessidades educacionais dos alunos. Aos professores de classe comum, seria importante uma formação em licenciatura voltada à educação especial, entre outros.

3.2 A importância da formação

A formação de professores para a Educação Especial no Brasil, em nível superior, se iniciou em 1972 como habilitação científica do curso de pedagogia. Essa possibilidade de formação teve início por meio do Parecer do Conselho Federal de Educação nº 252/69, cujo relator foi Valnir Chagas, e que instituiu a formação docente e de especialistas em educação, regulamentando as habilitações de Magistério, Orientação Educacional, Administração Escolar, Supervisão Escolar e Inspeção escolar, dentro do Curso de Pedagogia (MICHELS, 2017 p. 24).

Então essa formação de professores voltada para a educação especial, veio ocorrer pensando na racionalidade técnica e a eficiência de produção, voltada à Educação. Não se pode deixar de lado, enfatizar na divisão social do trabalho, através dela que são divididas e organizadas as tarefas.

Michels (2017, p.26) diz que “desta maneira, o tecnicismo chegou à área de Educação Especial, que se constituiu, historicamente, exaltando as técnicas e os recursos específicos para o desenvolvimento dos alunos chamados então de excepcionais”. Isso nos remete a uma Pedagogia Tecnicista, que vem introduzir meios de ensino técnicos e sistematizados, por meio de professores dentro da sala de aula.

Um professor bem formado, na vida de um indivíduo, é de fundamental importância. Porque sabemos que a função de um professor é formar alunos e

cidadãos, e juntamente com a parceria da escola, capacitar alunos para viver em sociedade.

A formação e mais formações são o que vem dando legitimidade para a atuação profissional, ou seja, é o alto investimento em processos de formação, de um sujeito que se coloca como objeto de empreendimento, e que está em jogo no nosso tempo (POSSA; NAUJORKS, 2014 p.449).

A inclusão entra novamente nessa formação, porque se estamos falando de professores para a Educação Especial, isso nos remete uma escola inclusiva. Escola essa que atende à todos, e não somente aos alunos chamados “comuns” de ensino regular, mas também aqueles com necessidades especiais.

A inclusão se constitui em uma temática que movimenta a formação de professores para atuar com o campo da Educação Especial, pois se naturalizou o discurso que enaltece os benefícios de se conviver com a diferença e que todos podem aprender com ela. A partir da idéia de inclusão, vem-se produzindo um modo de subjetivação em que estratégias técnicas são colocadas em funcionamento para que, pela formação, sejamos convencidos: primeiro, de que é possível construir uma única escola para todos os alunos; e, segundo, de que há benefícios da convivência entre normalidade e anormalidade (POSSA; NAUJORKS, 2014 p.450).[

Na realidade, tem vários profissionais atuando na área de Educação Especial, mas nem todos têm uma formação voltada para este campo. Portanto, esse discurso de formação não pode ficar de lado, cabe-nos até um questionamento, como se pode formar pessoas se o instrutor não tem a formação específica?

Neste sentido, a formação de professores para o campo de Educação Especial vai projetar/inventar um profissional que tendo detectado a deficiência, passa a ter, na escola inclusiva, a formação de planejar um processo de recuperação, superação e ajuste do indivíduo a um padrão, sendo a Educação Especial, como atendimento especializado, com todos os recursos que pode dispor, uma espécie de medicalização comportamental através da educação (POSSA; NAUJORKS, 2014 p.451).

Mas, para poder haver essa Educação Especial segundo as autoras Possa; Naujorks (2014, p.451) “[...] autorizamo-nos a dizer que o campo da Educação Especial seria o efeito de uma invenção necessária numa sociedade que se quer produtiva, integrativa e normalizadora”. Ou seja, uma sociedade que pensa no indivíduo e que se preocupa em tornar os diferentes em normais. Mas, para isso precisa-se de um professor formado, o qual entenda a necessidade dessas pessoas.

Outro ponto importante sobre a formação do professor em Educação Especial é sobre a política de formação. As autoras vêm trazer um esclarecimento sobre esse assunto, o qual abrange as multiplicidades das deficiências, e mostram como um profissional deve atuar.

[...] a perspectiva de educação para um atendimento especializado em Educação Especial, no qual o professor deve dar conta da multiplicidade das „deficiências” no contexto da escola. Esta formação que aligeirada se propõe a formar um professor que daria conta do trabalho educativo de todas as „classificações” diferentes, ou seja, cegos e deficientes visuais, surdos e deficientes auditivos, deficientes mentais e intelectuais, sujeitos com altas habilidades e transtornos global do desenvolvimento, aquelas previstas na Política de Educação Especial (POSSA; NAUJORKS, 2014 p.453).

Entende-se então, que este profissional tem uma grande responsabilidade em mãos, para que consiga formar essas pessoas. E com esses trabalhos, o professor é um aprendiz, porque ele vai adquirindo o conhecimento para assim poder repassar.

3.3 Professores do Ensino Regular

Nos anos 90, mais fortemente a partir de 1994, com a divulgação da Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), o debate volta-se à inclusão de todas as crianças no ensino regular, independente de suas condições físicas, sociais, emocionais, lingüísticas ou culturais. Assim, passavam a ser necessárias mudanças significativas nas escolas para que estas pudessem cumprir seu papel de possibilitar o acesso ao conhecimento a todos os alunos, inclusive àqueles considerados com alguma deficiência ou com necessidades educacionais (CARNEIRO, 2012 p.517).

Sabemos que a escola tem um grande papel, que é sobre a transmissão de conteúdos, ou seja, de conhecimentos. Preocupada com o bem social do aluno e de seus valores, a escola tenta atender uma diversidade de pessoas com várias culturas, e manter o foco que é a diversidade. Frias; Menezes (2008, p.09) dizem “que assim, a escola historicamente se caracterizou pela visão da educação que delimita a escolarização como privilégio de alguns grupos, legitimando um processo de exclusão através de suas políticas educacionais que reproduzem a ordem social”. Com esse foco a escola pode excluir pessoas, devido o cumprimento das políticas educacionais. No entanto a escola deve pensar no ato de incluir, formado caminhos e possibilidades para serem seguidas.

[...] O que podemos perceber é que numa comparação entre a legislação e a realidade educacional, a inclusão dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais no ensino regular não se consolidou da forma desejada, a proposta de educação atual vigente ainda não oferece nem garante condições satisfatórias para ser considerada efetivamente inclusiva. Ainda se faz necessária uma maior competência profissional, projetos educacionais mais elaborados, uma maior gama de possibilidades de recursos educacionais (FRIAS; MENEZES, 2008 p. 10).

Ou seja, o que consta na legislação é muito diferente da realidade, porque por um lado está a teoria e no outro a prática. Devemos seguir as leis cabíveis, mas a escola inclusiva tem que ter garantia de uma educação, para que assim o aluno se sinta incluído e preparado para os desafios da vida lá fora.

Então a Educação Inclusiva, diferente da Educação Tradicional, na qual todos os alunos é que precisavam se adaptar a ela, chega estabelecendo um novo modelo onde a escola é que precisa se adaptar às necessidades e especificidades do aluno, buscando além de sua permanência na escola, o seu máximo de desenvolvimento (FRIAS; MENEZES, 2008 p. 10).

Isso quer dizer que na questão da Educação Tradicional, era um período no qual o professor que seria centro das atenções, e o aluno apenas tinha que seguir as regras e absorver os conhecimentos. Porém, atualmente no mundo em que vivemos onde a criança com necessidades educacionais especiais estão sendo reconhecidas, já muda um pouco esta história.

Então, na atualidade o foco é o aluno. A escola que têm que ter a preocupação de receber este aluno, e se adaptar com seu currículo. Pensando em alternativas que possam facilitar a vida do indivíduo, enfrentando desafios sem modificar suas culturas. Segundo Frias; Menezes (2008, p.10) “[...] o desafio a escola hoje é trabalhar com essa diversidade na tentativa de construir um novo conceito de ensino e aprendizagem [...]”. A escola com a readequação dessas mudanças passa por momentos difíceis, não somente na infra-estrutura da escola, mas também a preocupação na formação desses professores.

Além disso a educação inclusiva favorece não só o aluno com necessidades educacionais especiais, mas, também os demais alunos que passam a adquirir atitudes de respeito e compreensão pelas diferenças, além de juntos receberem uma metodologia de ensino diferenciada e da disposição de maiores recursos (FRIAS; MENEZES, 2008 p. 10).

Sabemos os preconceitos que esses alunos com deficiência passam nas escolas. Mas o preconceito não se restringe apenas às escolas, em outros

ambientes ele também ocorre. Então para haver respeito, tem que ter interação por meio desses recursos, realizarem estratégias que envolvam tanto o aluno de ensino especial como o de regular, com isso a forma de adaptação vai melhorando.

Para isso, é oportuno possibilitar aos docentes a participação em cursos que discutam estratégias educacionais visando à participação ativa e consciente de todos os alunos no processo de ensino-aprendizagem. Esses cursos devem atender as necessidades de preparo que os professores têm para desenvolver práticas docentes realmente inclusivas (FRIAS; MENEZES, 2008 p. 10).

Em outras palavras, as autoras vêm explicar melhor sobre o preparo dessas crianças de ensino regular. Segundo Frias; Menezes (2008, p.14) “[...] é necessário que se faça um preparo dos demais alunos, no sentido de conscientização da importância da convivência na diversidade e no respeito às diferenças”. Esse preparo seria pensar em cada caso de deficiência, seja ela visual; auditiva; mental/intelectual; física; superdotação e transtornos globais do desenvolvimento.

4 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para melhor compreensão do objetivo proposto, realizei uma pesquisa metodológica descritiva de campo, em uma escola de rede pública na cidade de Tocantinópolis-TO, que tem por nome Escola Paroquial Cristo Reis. Falando um pouco sobre esta cidade, por volta de 1852 era chamada de Distrito Boa Vista do Tocantins, só a partir de 1858 que passou a ser considerada cidade. Ela tem como fundador Pedro José Cipriano, e assim sendo nomeada como Tocantinópolis, que este ano completa 163 anos e tem como sua beleza o Rio Tocantins. Esta cidade tem como sua capital Palmas e se localiza no estado brasileiro do Tocantins, na Região Norte, com 22.845 habitantes.

E a Escola Paroquial Cristo Rei, foi fundada em 09 de novembro de 1961, que tinha por nome Grupo Escolar “Cristo Rei”. A sua lei de criação tem por número 4.240 do dia 09 de novembro de 1962, que tinha como orientador o bispo Dom Cornélio Chizzini. A origem do seu nome é por estar situada ao lado da Capela Cristo Rei, e neste ano a instituição completa 60 anos. Nesta escola são oferecidas as séries dos anos iniciais (1º ao 5º ano), anos finais (6º ao 9º ano) e o Atendimento Educacional Especializado (AEE). A escola atende 650 alunos.

Então, esta pesquisa foi realizada por meio de uma aplicação de dois questionários, com duas professoras, sendo uma de Ensino Regular e outra da Sala de Recursos. Pretendo com essa pesquisa, analisar informações sobre a formação desses professores e como eles atuam.

1º QUESTIONÁRIO

Pergunta Nº1- Quais os desafios e como lidar com uma turma que tenha estudantes com deficiência?

Resposta:

Para mim que sou professora de área, o desafio é muito grande, não tenho nenhuma formação com alunos com deficiência, todavia sei que o estudante, independentemente de suas singularidades, tem direito a uma educação inclusiva de qualidade, que complete suas demandas, e é por isso, que acho deveria ter mais profissionais nessa área para acompanhar esse estudante. Sinceramente, não sei

fazer uma avaliação para avaliar as competências e as habilidades desse aluno. Um dos maiores desafios para mim que sou de área, é justamente, adaptar o conteúdo do ensino regular á deficiência do aluno especial.

Pergunta Nº2- Você possui alguma especialização ou curso de formação continuada na área de Educação Especial? Qual?

Resposta:

Ainda não, sou formada em área específica; letras português, inglês e literatura; Minhas formações sempre são nessas áreas de linguagens.

Pergunta Nº3- Qual sua opinião sobre a função do auxiliar (AEE)?

Resposta:

Entendo que a função do professor auxiliar, é justamente, de monitorar as idéias desse aluno, com relação ao conteúdo abordado, para desenvolver as habilidades e competências desse aluno.

Pergunta Nº4- Que tipo de trabalho é desenvolvido por este profissional durante suas aulas?

Resposta:

Bom, durante minhas aulas, a professora auxiliar, realiza uma maratona de atividades dentro e fora da sala de aula para chamar a atenção desse aluno; gincanas, brincadeiras; enfim, propõem atividades que abordam questões diversidades e aceitação das diferenças em sala de aula.

Pergunta Nº5- Como se dá a interação da classe com o estudante com deficiência?

Resposta:

De maneira prazerosa, os alunos sempre se dispõem a ajudar.

Pergunta Nº6- Que tipo de atividades são desenvolvidas para a criança com deficiência, e para as crianças do ensino regular?

Resposta:

As atividades do ensino regular são elaboradas de acordo com os conteúdos da série a qual então cursando; já os alunos com deficiência, as atividades também são elaboradas de acordo com o nível de aprendizagem de cada deficiência.

Pergunta N°7- O que você pensa sobre a diversidade em sala de aula?

Resposta:

A inclusão social é uma idéia muito boa, no entanto, acho também que deveria ter mais participação da família, juntas, família e escola são instituições muito importantes para o desenvolvimento intelectual do indivíduo.

Percebemos, o quanto é importante a formação de um professor para tal área. De acordo com o que a professora aborda na 1ª questão, ela acha que trabalhar com esses alunos com deficiência é um grande desafio, e também de como fazer uma avaliação das competências e habilidades, e a adaptação de conteúdos feitos para o ensino regular e modificar para os estudantes que são público alvo da Educação Especial. Nesse caso, se houvesse realizado alguma formação para trabalhar com esse público, talvez pudesse sanar as dúvidas sobre o assunto. Segundo SILVA; ARRUDA 2014, p. 05 “para uma educação de qualidade é necessário uma formação sólida e contínua, com uma progressão continuada que lhe forneça subsídios para uma reflexão sobre sua prática pedagógica”.

A educação especial em uma perspectiva inclusiva deixa de ser substitutiva ao ensino regular e assume caráter complementar e suplementar às atividades desenvolvidas na sala de aula comum. A complementação das atividades passa a ser responsabilidade do serviço denominado Atendimento Educacional Especializado (AEE), assumido por profissionais habilitados para atuar com alunos público alvo da educação especial (CARNEIRO, 2012 p.518).

Não podemos deixar de lado a importância de um professor auxiliar, por que este auxiliar é quem dá a assistência em sala de aula, tanto para o aluno quanto para o professor regular. Como a professora diz, ela monitora as idéias do aluno, ajudando nos conteúdos propostos, para que assim estimule suas habilidades e competências.

E para melhorar na interação com os demais alunos, a auxiliar utiliza brincadeiras envolvendo todos os alunos, para que assim possam aceitar as diversidades e usar o termo inclusão. Já em relação às atividades, os estudantes sem deficiência seguem por conteúdos estudados, e os com deficiência são pensadas e elaboradas de acordo com a aprendizagem de cada um.

Um professor de sala regular, não pode ser diferente de um professor de inclusão, onde seja valorizado o respeito à sua capacidade e seu espaço, facilitando assim a sua atuação de forma livre e criativa proporcionando a

cada um, uma sala de aula criativa e diversificada, dando a oportunidade de participar das atividades adaptadas às necessidades de cada aluno, já que o professor vai ser sempre o responsável pelo sucesso ou pelo fracasso da aprendizagem dessa criança (SILVA; ARRUDA 2004, p. 05).

Sabemos que o ensino regular é desde muito tempo considerado como uma educação comum, mas com o passar dos tempos veio se modificando para poder atender as diferenças. E com isso dá oportunidades para todos, promovendo a igualdade.

A escola regular pode ser substituída pela escola das diferenças ou pela pedagogia da adversidade para ser capaz de organizar situações de ensino e gerar espaço em sala de aula capaz de incluir, com o intuito de que todos os alunos possam ter acesso a todas as oportunidades educacionais e sociais oferecidas pelo âmbito escolar sem qualquer distinção (SILVA; ARRUDA 2004, p. 07).

Professores de (AEE)

De modo semelhante ao realizado com a professora do Ensino Regular, apliquei também um questionário para a professora de AEE (Atendimento Educacional Especializado), para que possamos assimilar a forma de como se trabalha com diversidades.

Uma das contribuições da Política Nacional de Educação Especial visando a melhoria e orientação das redes de ensino é o Atendimento Educacional especializado – AEE, que visa modificar e atender as exigências de uma educação igual para todos. Refere-se a um professor especializado nesse tipo de atendimento que identifica a necessidade de cada um, cria e articula um plano de ensino dentro do ensino comum, provendo recursos para esses alunos, adaptando as situações, trazendo para seu cotidiano não só na parte pedagógica, mas também preparando para a sociedade (SILVA; ARRUDA 2004, p. 08).

Este questionário qualitativo é voltado para a sala de recurso. Esta sala de recursos multifuncionais é um local que ampara alunos com necessidades educacionais especiais, e contém materiais didáticos especializados, para que possam melhorar a aprendizagem e facilitar a participação no ensino regular.

A SR foi criada em meados da década de 1970 com o objetivo de diminuir a distancia entre ensino regular e educação, integrando, da maneira mais normalizadora possível, os alunos com necessidades educacionais especiais, anteriormente atendidos nas escolas e classes especiais (SILVA, apud ALBUQUERQUE; MORI; LACANALLO 2009, p. 156).

2º QUESTIONÁRIO

Pergunta Nº1- Você possui alguma especialização ou curso de formação continuada na área de Educação Especial? Qual?

Resposta:

Não

Pergunta Nº2- Que tipo de trabalho você desenvolve em sala com a criança com deficiência?

Resposta:

A Escola trabalha com projeto superando limites que propõe várias ações no decorrer do ano que possibilita a integração deste aluno no espaço escolar como:

- *Atividades complementares de apoio ao educando, priorizando as disciplinas de matemática e Língua portuguesa e nas demais disciplinas curriculares quando houver necessidade;*
- *Apoio e orientação na realização de pesquisas e na organização de trabalhos avaliativos;*
- *Jogos e brincadeiras diversificadas visando melhorar atenção, concentração e agilidade.*
- *Atividades envolvendo cálculos, leitura, interpretação e produção escrita.*
- *Dinâmicas e brincadeiras que trabalhem expressão corporal.*
- *Assistir filmes e comentá-los.*
- *Realizar tarefas no computador*
- *Realizar oficinas de xadrez*

Pergunta Nº3- Como funciona a sala de recursos?

Resposta:

A sala de recurso funciona em dois períodos (matutino/vespertino). Os alunos são atendidos no contra turno, são formados grupos de alunos com horários específico duas vezes durante a semana.

Pergunta Nº4- Qual a sua avaliação sobre o desempenho das crianças que foram incluídas no ensino regular?

Resposta:

Quase 100% dos meus alunos, possui deficiência intelectual que afeta principalmente a área do raciocínio lógico matemático, são crianças que consegue interagir com os outros alunos, participam da rotina escolar com êxito, precisam somente de apoio, incentivo e principalmente de atividade adaptadas para que possam avançar na aquisição do conhecimento.

Pergunta N°5- O que você pensa sobre trabalhar, em específico, na área da Educação Especial?

Resposta:

É uma área que ensina-nos muito a melhorar como ser humano, nos torna mais sensível, abre nossa mente para a necessidade do outro e acima de tudo aprendemos a cada momento a ser mais tolerante e paciente, pois o tempo destes alunos é um processo mais lento que exige repetição, acertos e erros. Estou aprendendo com eles, mas preciso especializar fazer cursos na área para poder ter um conhecimento, e poder ajudar de forma mais eficaz meus alunos.

No que se refere à formação, percebe-se que a professora também não possui uma especialização na área, mas ela se preocupa com seus alunos, porque tem a consciência de que precisa se especializar. Com a especialização ela teria mais conhecimentos e, certamente, contribuiria mais na formação de seus alunos.

O atendimento educacional especializado identifica, elabora e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando as suas necessidades específicas. As atividades desenvolvidas no atendimento educacional especializado diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização. Esse atendimento complementa e/ou suplementa a formação dos alunos com vistas à autonomia e independência na escola e fora dela (BRASIL, apud CARNEIRO 2012, p. 518).

A citação acima é importante, porque traz um pouco sobre o atendimento especializado, de como ele atua e aborda as atividades. De acordo com as respostas dos dois questionários, ambas as professoras ressaltam que as atividades são voltadas para integração e aceitação dos alunos, preparando para o mundo lá fora. Trabalhar com o brincar é muito importante, porque isso envolve tanto os alunos com deficiência, como os do ensino regular. Segundo ALMEIDA; CASARIN,

2002 p. 3/6 “através da brincadeira, a criança pode experimentar novas situações e lhe é garantida a possibilidade de uma educação criadora, voluntária e consciente”.

Nas brincadeiras, as crianças transformam os conhecimentos que já possuíam anteriormente em conceitos gerais com os quais brincam. Por exemplo, para assumir um determinado papel numa brincadeira, a criança deve conhecer alguma de suas características. Seus conhecimentos provêm da imitação de alguém ou de algo conhecido, de uma experiência vivida na família ou em outros ambientes, do relato de um colega ou de um adulto, de cenas assistidas na televisão, ou cinema ou narrados em livros etc. A fonte de seus conhecimentos é múltipla, mas este encontra-se ainda, fragmentados. É no ato de brincar que a criança estabelece os diferentes vínculos entre as características do papel assumido, suas competências e as relações que possuem com outros papéis, tomando consciência disto e generalizando para outras situações (ALMEIDA; CASARIN 2002, p. 416).

Ou seja, o ato de brincar possibilita ao aluno um papel pelo qual ele tenha que assumir dentro da brincadeira, por exemplo: imitação de animais, uma criança imita e a outra tenta adivinhar que animal é, e assim possa usar ludicidade através da brincadeira. Não queremos dizer que a brincadeira seja o centro, porque de acordo com a 2ª questão traz também atividade voltadas às disciplinas, que é de suma importância. No caso, se o aluno tem alguma atividade pendente ou ficou tarefa para ser realizada em casa, a professora pode ajudar a resolver.

A sala de recursos, no entanto, é a outra parte pela qual os alunos também aprendem. A professora ajuda os alunos em determinada atividade, repassada no ensino regular, e caso não tenham atividades ela ensina conteúdos que o aluno esteja estudando. Realiza também brincadeiras e atividades para desenvolver o conhecimento.

Na inclusão desses alunos na educação especial, de acordo com a resposta número quatro, todos os alunos têm deficiência intelectual, e isso prejudica o raciocínio lógico matemático. Fora isso são alunos comuns, iguais aos demais, capaz de interagir com todos. O importante é que a profissional gosta de seu trabalho, além de ensinar ela consegue aprender com cada criança, o foco é ser paciente, para que assim possa ajudar seus alunos com mais facilidade e compreensão.

A partir da análise das respostas das professoras, fica uma dúvida: porque elas não possuem formação específica na área? Será que é tão difícil realizar uma especialização voltada para a área? Sabemos que em uma escola há diversos alunos, e às vezes os professores se deparam com alguma criança com deficiência,

e nem se percebe o que se passa com ela. Mas esses fatos não são culpa dos professores, o Estado que deveria impor uma formação especializada, e também oferecer meios para que possam trabalhar com esse público. Segundo SILVA; ARRUDA 2014, p. 05 "(...) a formação do docente para todas as etapas da educação básica é compromisso público de Estado, a necessidade de articulação entre formação inicial e continuada, bem como entre diferentes níveis e modalidades de ensino".

Nesta direção emergem questões: como os profissionais, que já estão em exercício e que não tem formação especializada, vem enfrentando a realidade inclusiva? Quais são as dificuldades educacionais encontradas pelos professores ao trabalharem com alunos com necessidades educacionais especiais? A trajetória de vida, escolar e acadêmica dos professores tem influenciado no modo como vêm lidando com a inclusão deste aluno no ensino regular? (DURK; OLIVEIRA 2005, p.1/6).

Sendo assim, a formação desses profissionais tem que ser repensada, para que não se deparem com essas indagações e situações, porque isso acontece em muitas escolas inclusivas. E isso prejudica tanto o aluno como o professor, que se sente incapaz de ajudar a criança por falta de formação continuada. Quanto mais formação o profissional tem, melhor é sua atuação em sala de aula.

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base da sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício de docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a sua atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas de recursos, nos centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos de educação especial (BRASIL, apud MICHELS 2011, p.225).

Sabemos que a maioria dos profissionais formados como pedagogos, não procuram um estudo continuado para melhorar seu desempenho. Quando se escolhe o papel de ensinar, e se faz por amor ao seu trabalho, tem que procurar meios de aprimorar o conhecimento. Entender que o profissional é o mediador do conhecimento, facilitando os conteúdos para seus alunos, e não dificultando.

Embora a escola precise ser repensada, para atender a cada necessidade, é necessária uma reflexão, a começar pelo profissional, que não esteja ali apenas pelo seu salário, mas sim para desenvolver um trabalho diferenciado, atendendo cada uma dentro da sua necessidade e que esse profissional possa desenvolver um trabalho com êxito, embora ele seja preparado para trabalhar com a diversidade, acaba tendo que adaptar-se ao meio, sem qualquer valorização ou capacitação específica (SILVA; ARRUDA 2004, p. 04).

A sociedade hoje tem uma grande diversidade, não só de culturas; linguagens; tradições; religiões ou costumes. Mas sim uma diversidade na questão das deficiências, que são elas, física; visual; auditiva; intelectual; psicossocial e a deficiência múltipla. E se as escolas, juntamente com os profissionais da educação, não estiverem aptos para essas situações, fica difícil o acesso para esse público.

O professor precisa repensar as suas estratégias de ensino para não ficar preso ao espaço delimitado na sala de aula, faz-se necessário repensar nas práticas pedagógicas até mesmo numa nova gestão da classe, porque ainda é muito forte a idéia de controle, principalmente quando se fala em delimitação de espaço físico. É de grande importância pensar não só no ambiente, como também no acesso e permanência nesse espaço, como um todo, seja na escola como prédio ou até mesmo nas mesas e cadeiras, sempre utilizando os meios ofertados pela instituição (SILVA; ARRUDA 2004, p. 07).

No entanto, não é o aluno que tem que se adaptar à escola, é a escola que tem que reconhecer as especificidades de cada aluno, porque a sociedade é formada por várias culturas e costumes, e com isso facilita o trabalho ser desenvolvido. Além de se preocupar com a formação dos professores, temos que apontar também o ambiente escolar, que pode ser modificado, se tornando mais acolhedor e aconchegante.

Talvez o que deixe o professor mais preocupado, seja a insegurança em relação à sua inexperiência, já que nos cursos superiores aprendeu apenas a lidar com a teoria e não teve acesso às práticas pedagógicas, diretamente com alunos especiais (SILVA; ARRUDA 2004, p. 06).

Isso também nos preocupa, o fato da graduação não ser completa por falta de prática com o público alvo, e quando se depara em uma turma com alunos especiais passa por essa insegurança. Mas têm que procurar mais conhecimento, não ficar somente em um curso superior.

Não podemos manter o foco somente na formação do professor, temos que pensar que o aluno interage também com outros profissionais da escola. Não adianta o professor bem formado repassar seu conhecimento, sendo que os demais não estão capacitados para esses alunos especiais, porque a escola é um conjunto.

É também importante que essa formação não seja voltada apenas para os professores, como também para todos os profissionais da área da educação na escola, onde os centros de apoio, por sua vez, também farão o seu papel, disponibilizando profissionais especialistas, como fonoaudiólogo, terapeuta ocupacional, psicopedagogo, psicólogo, entre outros (SILVA; ARRUDA 2004, p. 08).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para finalizar, apresentam-se as considerações finais sobre a Formação dos Professores para a Educação Especial, e o quanto é importante para o âmbito escolar e para a sociedade. A minha expectativa para com essa monografia, foi de esclarecer para o leitor a importância da formação para esta área em específico.

Porque no decorrer dos meus estudos, o que me chamou atenção foi o quanto havia a necessidade de ter professores formados, e ter um novo olhar para as crianças com deficiência. Existem vários tipos de deficiências, e sabemos quanto é difícil de serem inseridos em meio a uma escola regular, e em meio a uma sociedade. E sem professores capacitados para lidar com esses fatores, dificulta mais esta interação com o meio.

Este trabalho iniciou-se contextualizando os períodos Históricos da Educação Especial, desde a Antiguidade até chegar à atualidade, trazendo conceitos como exclusão, inclusão, integração, institucionalização e normalização. E no decorrer, trata-se de formação, aonde venho trazer uma pesquisa de campo utilizando dois questionários para professores que atuam com estudantes que são público alvo da Educação Especial, pensados para o Ensino Regular e para a Sala de Recursos.

A realização deste trabalho me levou a conclusão de que a Formação de Professores para a Educação Especial é de suma importância. E se percebe que a maioria dos professores não são formados para essa atuação, mas o importante é que esses professores se preocupam em ter uma formação, e de buscar capacitação.

Seria mais prazeroso para a aprendizagem desses alunos com deficiência, que os professores sejam formados, e que se aperfeiçoem realizando uma formação continuada. Desta forma seria importante também, que todo pedagogo na sua formação, passasse por um estudo aprofundado sobre a Educação Especial, para que assim na sua atuação não se deparassem com as dificuldades encontradas hoje. Sendo assim, poderia se pensar também que as escolas só aceitariam para atuar aqueles professores que além de ter licenciatura tivessem uma formação na área da Educação Especial.

É importante pensar na escola como um todo, envolvendo a sociedade. O mundo se depara com uma diversidade de pessoas, com diversas culturas e gêneros, pessoas com deficiências, entre outros. E com isso é necessário que haja

modificações no ensino aprendizagem dos professores, e que haja disponibilidade de materiais didáticos para a melhoria do ensino.

E por fim, todos os alunos, com deficiência ou não, sejam tratados com respeito e com direitos, dignos de uma boa educação e de professores bem formados e capacitados. E que estes alunos, através desses conhecimentos e estudos, possam estar preparados para a vida lá fora. A arte de ensinar é uma forma de transmitir o conhecimento, para aqueles que procuram o saber.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maria Amelia; **Formação do professor para a educação especial: história, legislação e competências.** Revista do centro de educação – edição: 2004 – N° 24.

ARANHA, Maria Salete Fábio. **Projeto Escola Viva: garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos.** -Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica/Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001.** 79 p. 1. Educação Especial 2. Educação Básica 3. Diretrizes Nacionais/Título.

DURK, Viviane Preichardt; OLIVEIRA, Valeska Fortes de, **Inclusão de alunos com necessidades educacionais no ensino regular: ressignificando a formação pessoal e profissional da educadora infantil.** Revista do Centro de Educação, edição: 2005 – N° 23.

FRIAS, Elzabel Maria Alberton; MENEZES, Maria Christine Berdusco, **Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais: contribuições ao professor do Ensino Regular – PDE/2008.**

LDB: **Lei de diretrizes e bases da educação nacional.** – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Educações Técnicas, 2017.

MICHELS, Maria Helena (organizadora), **A formação de professores para a educação especial no Brasil: proposta em questão.** - Florianópolis UFC/CED/NUP, 2017.

RAPOLI, Edilene Aparecida. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: a escola comum inclusiva/Edilene Aparecida Rapoli... (et.al).** – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria da Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010.

Rev. Educ. Espec., Santa Maria, v. 24, n. 40, p. 219-232, maio/ago. 2011 Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial> Acesso em: 20 de fev. 2021.

Rev. Educ. Espec., Santa Maria, v.25, n.43, p.333-348, maio/ago. 2012 Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial> Acesso em: 20 de fev. 2021.

Revista “Educação Especial” v. 22, n. 34, p. 155-164, maio/ago. 2009, Santa Maria Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial> Acesso em: 20 de fev. 2021.

Revista Educação Especial | v. 27 | n. 49 | p. 447-458| maio/ago. 2014 Santa Maria Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial> Acesso em: 20 de fev. 2021.

Revista Educação Especial, V. 25, n.44, set./dez 2012. Santa Maria. Disponível em: <http://www.ufsm.br/revistaeducacaoespecial>

RODRIGUES, Olga Maria Piozentim Rolim, **Fundamentos da educação inclusiva**. In: Formação de professores: práticas em educação inclusiva /, Vera Lúcia Messias Fialho Capellini, Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues (organizadoras). — Bauru : UNESP/FC, 2009. v. 2: il.

RODRIGUES, Olga Maria Piozentim Rolim. **Educação especial: história, etiologia, conceitos e legislação vigente**/Olga Maria Piazzentin Rolim Rodrigues, Elisandra André Maranhe In: Práticas em educação especial e inclusiva na área da deficiência mental/Vera Lúcia Messias Fialho Capellini (org). – Bauru: MEC/FC/SEE, 2008. 12 V: il.

ROGALSKI, Solange Menin. **História do surgimento da educação especial**. Vol. 5, 2010.

SILVA, Ana Paula Mesquita da; ARRUDA, Aparecida Luvizotto Medicina Martins, **O Papel do Professor Diante da Inclusão Escolar**. Revista Eletrônica Saberes da Educação – volume 5 – n 1º - 2014.